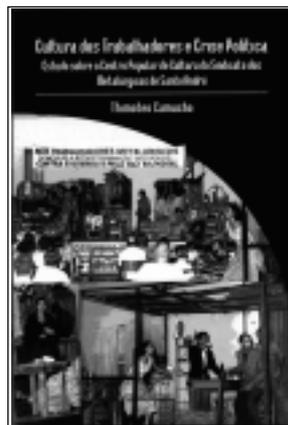


CULTURA DOS TRABALHADORES E CRISE POLÍTICA



Paulo J. Krischke

Núcleo de Estudos do Comportamento Político,
Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Resenha do livro de Thimoteo Camacho¹, *Cultura dos trabalhadores e crise política*. Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Santo André, 1999. 192 p.)

Hoje, quando falamos em cultura dos trabalhadores, parece que não pensamos em nada mais que na débil (ou talvez paciente) reação dos sindicatos à famosa globalização, com as políticas de ajuste econômico, a contenção de gastos públicos, a recessão da atividade produtiva, o crescente desemprego e as mil ameaças que pesam sobre a vida dos que trabalham e sobre o futuro do país como um todo. Ou seja, a cultura dos trabalhadores parece primar por sua ausência, por um vazio de propostas e iniciativas. Mas nem sempre foi assim na história dos trabalhadores, suas organizações e partidos políticos (e será também agora? ou apenas escutamos deles o que queremos ouvir?). De fato, pouco podemos entender das atitudes atuais dos sindicatos e suas bases, se não consideramos a sua trajetória de lutas, suas conquistas e derro-

tas do passado. Essa é uma história que está, em grande parte, ainda por ser contada.

Este livro, publicado na cidade operária de Santo André, narra uma parte de *nossa* história, parte importante da história deste país. É muito bem-vindo o livro de Thimoteo Camacho sobre uma experiência marcante da história dos trabalhadores do ABC paulista e de todos os cidadãos trabalhadores. Essa história é tanto dele quanto sua, minha, dos operários e de todos os brasileiros que trabalham. É de todos os que fazem a riqueza desta nação, mas raramente podem gozar dessa riqueza, fazê-la sua como é de direito, usufruí-la como patrimônio individual e coletivo, como riqueza que é social, criada pelos trabalhadores, mas que é deles expropriada.

Mas não se pense que vamos ler no livro uma cartilha de educação política, o que seria des-

1. Thimoteo Camacho é professor de sociologia na Universidade Federal do Espírito Santo.

necessário – para isso existem as formalmente produzidas pelos partidos, igrejas, sindicatos, ONGs, etc. O que este livro conta é uma batalha decisiva dos trabalhadores, antes do golpe de 1964, para resgatar o que têm de mais humano e universal: sua cultura, sua autonomia de pensamento e vida, sua arte, teatro, música, poesia, literatura, tudo isso que é parte da riqueza social que os trabalhadores criam e que também é quase sempre expropriado, reprimido, vendido pelo mercado que os explora, marginaliza e expulsa para a passividade complacente de simples consumidores e espectadores da cultura oficial.

É claro que muita coisa mudou desde os anos da crise e dura repressão de meados dos anos 60. Desde então, os trabalhadores do ABC avançaram muito na afirmação de sua dignidade e independência diante do governo e dos patrões: foram nisto pioneiros e exemplo para os trabalhadores de todo o Brasil. A história que este livro conta é a de um momento decisivo da trajetória anterior dos trabalhadores na formação de sua própria direção cultural. Vemos germinar ali, no terreno da arte e da cultura, as sementes da autonomia operária, que viriam despontar nos anos 70 e que hoje se refletem no desenvolvimento sindical e nos partidos políticos, nas múltiplas manifestações dos movimentos populares.

Vemos neste livro, por exemplo, que essa autonomia dos trabalhadores já comportava um pluralismo até então desconhecido na política cultural brasileira, com a junção de várias forças, atores, tradições e valores sociais. Das igrejas e sindicatos, dos partidos e grupos de artistas militantes, vieram esses trabalhadores para formar um pólo cultural, um Centro Popular de Cultura dos trabalhadores para os trabalhadores. Vemos também ali, por exemplo, que o machismo da cultura dominante foi pela primeira vez desafiado, no meio operário, pelas mulheres trabalhadoras que vieram criar cultura no CPC, em pé de igualdade com os demais trabalhadores.

E o livro nos conta que essa luta pela autonomia cultural não foi nada fácil – mais difícil

ainda do que a de hoje (ela não está, nem estará tão cedo terminada). Porque a cultura dos trabalhadores tem que ser construída sempre em litígio com a cultura dominante, a dominação política burguesa e capitalista que permeia tudo através do mercado e do Estado e procura reduzir os cidadãos à condição de marionetes do oficialismo, burocratas da resignação e espectadores passivos da sua própria alienação.

Parte da história que este livro conta é, justamente, como a história oficial das elites que governam desde sempre o país tratou de ocultar a existência do CPC, buscando apagá-lo da memória coletiva dos trabalhadores. A ditadura pós-64 não apenas fechou o CPC, mas também prendeu, perseguiu, torturou, exilou, dispersou os trabalhadores que dele participavam: a interpretação oficial dos acontecimentos desse período tentou fazer esquecer tudo o que tinha acontecido, varrer para sempre da lembrança dos trabalhadores a experiência do seu CPC. Mas não conseguiu.

É nesse sentido preciso, de questionamento fundamentado da história oficial das elites deste país que este livro contribui decisivamente, não só pelo fato de lembrar esses acontecimentos, mas também pelo método que utiliza para fazê-lo: a partir das narrativas dos próprios participantes. Já sabemos que a história oficial é sempre uma crônica escrita pelos vencedores dos conflitos e das alternativas sociais, que se defrontam em cada momento e ocasião. De tal forma que a versão oficial dos eventos é parte do próprio processo de vitória, através do qual os vencedores tratam de aniquilar – ou, na melhor das hipóteses, cooptar e incorporar à sua própria interpretação vitoriosa – as orientações e perspectivas (quando não a existência física e social) dos setores derrotados e subordinados. É claro que o livro de Thimoteo Camacho não pretende generalizar suas conclusões além da época e situação local que estuda, mas fornece um modelo de pesquisa que pode ser seguido em outras situações, desvelando toda uma dimensão reprimida e ignorada de nossa história.

Este livro questiona as crônicas oficiais dos anos 60, dando a palavra aos participantes do

CPC de Santo André, para mostrar como o movimento de cultura popular, que então se expandia por todo o país, tinha autênticas bases e origens operárias nos sindicatos do ABC paulista. As crônicas dos anos 60 enfatizam sempre as contradições internas entre as elites do regime populista em crise, por exemplo, o papel protagônico da União Nacional dos Estudantes na expansão dos movimentos de cultura popular, como resultado da radicalização de setores das classes médias. Sem negar essa influência, Thimoteo Camacho entrevista os atores locais do CPC de Santo André, revelando a relação de autonomia que mantiveram no contexto nacional.

O argumento do livro estrutura-se em quatro partes, cada uma exposta em dois capítulos. A primeira parte historia a atuação da UNE nos primeiros anos da década de 60. Examinando a documentação e considerando as entrevistas com dirigentes da época, o autor descreve as inflexões pelas quais transitou o movimento estudantil, desde sua origem nacionalista sob Vargas, passando pelo interregno conservador dos anos 50, até a radicalização e disputa entre católicos e comunistas pela direção da entidade no início dos anos 60. A segunda parte caracteriza o Centro Popular de Cultura da UNE, discute os estudos já feitos sobre o tema e mostra a insuficiência das conclusões para este estudo local.

A terceira e quarta partes do livro revelam que os setores políticos, intelectuais e artísticos, que convergiram na atuação do CPC da UNE (influenciados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, pelo Teatro de Arena de São Paulo e pelos grupos políticos dentro da UNE), estavam divididos pela crise crescente do regime e apenas minoritariamente vieram a influir em Santo André. As entrevistas e o exame da documentação do CPC do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André mostram como essa iniciativa local logrou apropriar as contribuições teóricas, técnicas e individuais de alguns membros do CPC da UNE, num contexto de majoritária participação operária, com uma capacidade de convocação pluralista,

que superava as divisões e sectarismos dominantes no plano nacional.

A importância dessa recuperação da memória social, mesmo entre o pessoal da universidade, pode ser facilmente demonstrada através de um encontro a que assistimos entre o autor e outros pesquisadores acadêmicos, na época em que Thimoteo Camacho realizava sua pesquisa em Santo André. Um dos participantes desse encontro estava realizando uma pesquisa mais geral sobre o tema da cultura popular dos anos 60, com um mapeamento dos centros de cultura popular formados pela UNE. Esse colega afirmou na ocasião que Thimoteo deveria estar enganado, já que o mapeamento nacional não revelava nenhum indício da existência de um CPC ligado aos trabalhadores do ABC.

Em suma, a história das elites tende a considerar o movimento popular de cultura dos anos 60 como uma invenção das classes médias radicalizadas, do meio estudantil e do populismo em crise (inclusive o movimento de cultura popular no Recife, ligado a Paulo Freire, durante o governo Miguel Arraes). Nessa história, os trabalhadores não teriam nenhuma iniciativa para o surgimento dos CPCs, cabendo-lhes apenas o papel passivo de destinatário – e depois, de “bodes expiatórios” – das aventuras populistas das elites políticas e culturais...

O conteúdo deste livro desmascara conclusivamente essa tese elitista que escamoteia a condição de sujeitos históricos dos trabalhadores desta sociedade, pois mostra detalhadamente como os trabalhadores do ABC lograram receber, transformar e apropriar para seus próprios fins, de autonomia cultural, muito dessas influências recebidas por meio da experiência dos CPCs nos anos 60. O método utilizado para recuperar e demonstrar essa experiência histórica é a reconstrução da trajetória desse grupo de cultura popular (os seus “eventos”), a partir dos depoimentos dos participantes ativos na experiência (e de documentação da época), sempre levando em conta também o contexto teórico-cultural em que tais eventos receberam significado nacional, como “processo estrutu-

rado” (conforme sugere o historiador Edward Thompson em *Formação da classe operária inglesa*).

Assim fazendo, Thimoteo Camacho discute e questiona a dominação burguesa em crise e as versões oficiais sobre a “cultura popular dos anos 60”, desmontando o discurso (e estratégia) por elas estruturado, como processo e relação de expropriação da cultura dos trabalhadores. É um método trabalhoso e desafiador, que permite pensar a história com um “final aberto”, livre de qualquer “destino”, predeterminado, e ao mesmo tempo contrário às interpretações racionalizantes e autolegitimadoras dos vencedores. A cultura é vista, então, como cenário de confronto entre diferentes projetos de direção política e cultural. De um lado, o populismo das elites em fase acelerada de decadência, em crise de radicalização ideológica e desintegração cultural, que viria resultar no golpe de 64. De outro lado, os trabalhadores, que criavam laboriosamente a sua própria cultura, desvencilhando-a da dominação e amordaçamento das elites.

Em ambos os lados desse confronto houve ilusões e falsas esperanças. Mas essas ilusões e esperanças não foram as mesmas, pois, se umas traziam a nostalgia de um passado de dominação e crise, outras trilhavam a trajetória da autodeterminação que conduzia ao futuro. E, se hoje os caminhos do populismo estão fechados por toda parte (ou ao menos enormemente dificultados), isso se deve ao fato de os trabalhadores terem tomado então iniciativas que não podemos esquecer, pois começaram desde aquela época a construir passo a passo a sua autonomia, admitindo o pluralismo de suas experiências e a sua convergência democrática no futuro, em direção a um novo projeto de direção política e cultural.

Esses avanços só foram possíveis porque, naqueles anos turbulentos de crise e da ditadu-

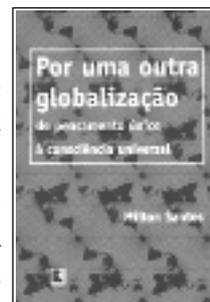
ra que se seguiu, os trabalhadores resgataram a arte, o teatro, a cultura das mãos da burguesia e os assumiram como meios de expressão livre e espontânea de sua própria humanidade, manifestação profunda daquilo que é neles mais vasto, luminoso e universal, sua criatividade individual e social – virtudes que têm em comum com todos os homens e mulheres, mas que permanecem geralmente distorcidas e mutiladas sob o jugo do capital e do Estado burguês.

Por isso tudo, dizíamos ao começar, que este livro retrata um momento crucial da nossa própria vida, não apenas porque realiza um balanço adequado das nossas ilusões e derrotas do passado. Essa história é crucial porque aponta um futuro que segue ainda em aberto para os trabalhadores deste país e que, se hoje parece quase tão remoto como nos anos 60, continua, entretanto, como um desafio enorme e uma esperança ativa; porque essa esperança e desafio incluem nada menos que o sonho ou a utopia de libertação da arte e da cultura dos trabalhadores, bem como de toda a sua vida, para além da dominação do Estado burguês e da exploração capitalista.

Se hoje parece imprudente e temerário falar numa superação do capitalismo ou do Estado burguês, pensemos então como seria naquela época, de crise profunda das instituições e de verdadeiro massacre da cultura operária. Pois mesmo assim essa libertação foi aliada, ensaiada e antecipada, na prática fecunda de um grupo sindical. Eis a semente lançada pelos CPCs dos trabalhadores nos anos 60, a qual floresce hoje na pluralidade de formas sociais e individuais dos movimentos populares e dos trabalhadores. Onde quer que estejam, essas vozes polifônicas anunciam que a libertação dos trabalhadores virá a frutificar no futuro. É por isso que este capítulo da história dos operários do ABC diz a cada trabalhador brasileiro: “Esta é a sua história, falta você completá-la!”

**POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO:
DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL**

Milton Santos
Editora Record



Nesta obra o geógrafo Milton Santos defende a idéia de que é preciso uma nova interpretação do mundo contemporâneo, uma análise multidisciplinar, que tenha condições de destacar a ideologia na produção da história, além de mostrar os limites do seu discurso frente à realidade vivida pela maioria dos países do mundo. A informação e o dinheiro acabaram por se tornar vilões, à medida em que a maior parte da população não tem acesso a ambos. São os pilares de uma situação em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo. Resultado: aprofundamento da competitividade, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os governos não são capazes de regular a vida coletiva. Apesar disso, o autor reconhece o começo de uma evolução positiva nas pequenas reações que ocorrem na Ásia, África e América Latina. Talvez pode ser este o caminho que conduzirá ao estabelecimento de uma outra globalização.



TERRITÓRIO E SOCIEDADE: ENTREVISTA COM MILTON SANTOS

Entrevistadores: *Odette Seabra – José Côrrea – Mônica de Carvalho*
Editora Fundação Perseu Abramo

Em *Território e sociedade*, o geógrafo Milton Santos faz uma profunda reflexão sobre o Brasil e o mundo atual. Ao abordar de forma crítica e provocante temas como a globalização, a ideologização da vida social e a Geografia como disciplina crítica – além de contar sua trajetória vida –, Milton Santos põe em prática o que considera ser o papel de todo intelectual nos dias atuais: “Opor à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as idéias que permitem mudar o mundo”.

**ASSENTAMENTOS E SEM TERRA:
A IMPORTÂNCIA DOS MEDIADORES**

Vanda de Aguiar Valadão
EDUFES



Apresenta um breve histórico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da questão agrária no Espírito Santo. Mostra os principais momentos da luta pela terra no Estado e como ocorre a construção de um modelo de organização para os assentamentos rurais.



PAULO FREIRE: A PRÁXIS POLÍTICO PEDAGÓGICA DO EDUCADOR

Organização: *Silvana Ventorim – Marlene F. C. Pires – Edna C. de Oliveira*
EDUFES

Resgata o *Simpósio Paulo Freire: a Práxis Político-Pedagógica do Educador*, realizado em setembro de 1996, em Vitória (ES), por iniciativa do Centro Pedagógico da UFES. O simpósio teve como objetivo promover o debate acerca da obra de Paulo Freire, destacando os aspectos teórico-político-metodológicos e sua influência na construção do pensamento pedagógico brasileiro.

CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DA ZONA COSTEIRA DO BRASIL:

ELEMENTOS PARA UMA GEOGRAFIA DO LITORAL BRASILEIRO

Antonio Carlos Robert Moraes

EDUSP/Editora Hucitec

O livro reúne uma série de estudos do autor acerca da geografia litorânea do Brasil, alguns mais teóricos e acadêmicos, outros gerados explicitamente para a prática da gestão dessa complexa porção do território nacional.



RUSCHI – O AGITADOR ECOLÓGICO

Rogério Medeiros

Editora Record

Conjunto de reportagens realizadas pelo autor, nas quais é contada a trajetória de Augusto Ruschi como estudioso das florestas brasileiras e, particularmente, dos beija-flores. Narra o conflito entre Ruschi e o governador Élcio Alvares, quando o ambientalista buscar salvar a Estação Biológica de Santa Lúcia, no município de Santa Teresa (ES). Traz prefácio de Fernando Gabeira.

SECA E PODER: ENTREVISTA COM CELSO FURTADO

Entrevistadores: *Maria da Conceição Tavares – Manuel Correia de Andrade – Raimundo Pereira*

Editora Fundação Perseu Abramo

O economista Celso Furtado tece neste livro uma aprofundada e provocante análise histórica da seca no Nordeste do Brasil – e por que um fenômeno cujas causas e soluções são conhecidas permanece como um flagelo para milhões de brasileiros.



Normas para recebimento de trabalhos para publicação na revista *Geografares*

A Revista *Geografares* é uma publicação do Departamento de Geografia do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo que se destina à divulgação de trabalhos de pesquisa originais e inéditos sobre assuntos de interesse científico e geográfico, redigidos em português.

Todos os trabalhos devem ser encaminhados completos e definitivamente revistos. O autor não receberá cópia para correção. Esta será feita pelo editor, com base no texto original recebido.

Os originais serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações. Os autores serão notificados do aceite ou recusa de seus trabalhos. Os originais não serão devolvidos, mesmo que recusados.

Serão aceitas contribuições na forma de artigos, entrevistas, resenhas bibliográficas e notas, que devem atender ao seguinte padrão:

I – ARTIGOS

A – devem ter no máximo 20 laudas, incluindo figuras (mapas, ilustrações, fotos, gráficos etc.), tabelas, notas, referências bibliográficas e resumos. A lauda corresponde a 30 linhas, 70 toques cada, em espaço 1,5, composto em *word for windows*, corpo 12, fonte Times New Roman.

B – devem ser entregues três cópias de boa qualidade, sem rasuras ou emendas, em papel formato A4, com a indicação do local onde se insere cada figura ou tabela, bem como uma versão em disquete de 3,5” devidamente identificado com os dados do(s) autor(es).

C – o cabeçalho deve conter o título e subtítulo do trabalho (se houver), o(s) nome(s) do(s) autor(es) e suas respectivas titulação, função e instituição a qual se vincula. O texto deverá ser estruturado em introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências bibliográficas, resumos e notas.

D – os textos devem ser acompanhados de um resumo em português de, no máximo, 600 caracteres e 3 palavras-chave que identifiquem o conteúdo do trabalho. O mesmo resumo e palavras-chave devem ser apresentados em outro idioma (francês ou inglês), acrescidos no final do texto (após as referências bibliográficas).

E – fotos, desenhos, mapas, gráficos deverão aparecer no corpo do trabalho com a denominação genérica de figura, numerada com algarismos arábicos. O mesmo se aplica às tabelas. Os originais de figuras e tabelas em papel devem ser preto e branco, com excelente qualidade e entregues separadamente do texto. Gráficos e tabelas em Excel podem ser entregues em disquete de 3,5”, em arquivos separados, acompanhados de cópia impressa.

F – as notas devem ser numeradas sequencialmente em caractere normal (não usar o recurso *inserir notas do word*) e apresentadas no final do texto (após os resumos), em fonte Arial, corpo 10. Notas longas devem ser evitadas.

G – as referências bibliográficas devem aparecer no final do trabalho, em ordem alfabética e devem seguir as especificações contidas no Guia para normalização de

referências bibliográficas: NBR 6023, da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, tais como:

– *para livro*: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome. Título. Edição. Local : Editora, ano. Páginas ou volumes.

– *para tese ou dissertação*: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome. Título. Ano. Páginas ou volumes. Tipo de trabalho (grau e área de concentração) – Unidade de ensino, Instituição onde o trabalho foi apresentado.

– *para artigos de revistas técnicas*: SOBRENOME DO AUTOR do artigo, Prenome. Título do artigo. Título do Periódico, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial e final do artigo, data.

– *trabalhos apresentados em eventos*: SOBRENOME DO AUTOR do artigo, Prenome. Título do artigo. In: TÍTULO DO EVENTO, número, ano de realização e local de realização do evento. Título da publicação. Local : Editora, ano. Indicação da parte referenciada.

H – toda referência bibliográfica feita ao longo do texto deverá vir entre parênteses, indicando o sobrenome do autor, data da publicação e número da página. Ex: (George, 1973, p. 68)

II – Entrevistas:

A – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 15 laudas, acrescido da data e local da entrevista e dados do entrevistado.

B – o texto deve vir acompanhado de autorização, por escrito, do entrevistado.

C – perguntas e respostas devem ser precedidas das iniciais do entrevistador e do entrevistado, respectivamente.

III – Notas:

A – para essa seção serão aceitos textos sobre eventos científicos realizados, relatos de trabalhos de campo, comunicações sobre pesquisas em andamento, entre outras.

B – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 10 laudas.

IV – Resenhas:

A – para essa seção serão aceitas resenhas informativas de obras (livro, capítulo de livro, revista especializada, artigo de revista especializada, teses e dissertações, entre outros) de interesse à ciência geográfica, acompanhadas ou não de apreciação crítica.

B – devem seguir as mesmas recomendações para artigos, não excedendo 5 laudas.

C – dados completos da obra resenhada devem ser enviados. Solicita-se também o envio de cópia (com boa qualidade) da capa/página de rosto da obra resenhada.

Os originais devem ser encaminhados para:

Revista *Geografares*

Comitê Editorial

Departamento de Geografia – CCHN–Ufes

Av. Fernando Ferrari, s/nº – Campus de Goiabeiras

29060-900 – Vitória – ES

Caso não encontre esta revista nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora da Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, s/n
Goiabeiras
29060-970 – Vitória – ES
Fone: (27) 335-2375 / 335-2370
Fax: (27) 335-2378
ou

CEG Publicações

Fone: (27) 335-7653

Geografares foi impressa na cidade de Vitória (ES) em maio de 2000 pela Gráfica da Editora da Universidade Federal do Espírito Santo para o Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11/14,5/90%. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Pólen Soft 80g.